

REGULAMENTO DE DISCIPLINA MILITAR *

CAPITULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

(Objecto)

O presente Regulamento de Disciplina Militar, adiante designado por RDM tem por objectivo a disciplina Militar e o seu exercício, estabelecendo as regras relativas as recompensas e punições

Artigo 2º

(Incidência)

1. O RDM aplica-se a todos os militares do activo e aos demais na efectividade de serviço, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Os militares dos quadros permanentes nas situações de reserva e de reforma, fora da efectividade de serviço, são apenas obrigados ao cumprimento do dever geral enunciado no n.º 1 do artigo 6º e aos deveres especiais 1º a 7º, 13º, 14º, 16º, 20º, 23º, 27º, 28º e 29º, do nº 2 do mesmo artigo 6º.

Artigo 3º

(A disciplina militar)

1. A disciplina militar consiste num conjunto de normas específicas, cujo acatamento, observância rigorosa e respeito se impõem aos militares em virtude das particularidades do serviço militar, da necessidade de uma forte coesão interna da instituição militar e da permanente disponibilidade para assegurar a defesa nacional pela força das armas, com todos os riscos inerentes, incluindo o sacrifício da própria vida.
2. A disciplina militar manifesta-se basicamente:
 - a) Na obediência pronta às ordens dos chefes militares, pela subordinação de posto para posto, pelo respeito mútuo entre superiores e inferiores hierárquicos e pela vontade firme de se alcançar o objectivo proposto;
 - b) Na adesão consciente do militar ao cumprimento da missão, alargando as iniciativas e exigindo responsabilidades;
 - c) Na correspondência às exigências da guerra e da colectividade militar, encaminhando todas as vontades para o fim comum e fazendo-se obedecer ao menor impulso do comando;
 - d) Na coordenação dos esforços individuais, fomentando a coesão e o espírito de corpo e assegurando as melhores condições para o êxito das operações;
 - e) Pelo seu exercício em conformidade com a lei, num quadro de estrita neutralidade nos domínios religioso, político, partidário, sindical e étnico.

Artigo 4º

(Iniciativa e responsabilidade)

1. A iniciativa deve ser desenvolvida em todos os graus hierárquicos, inspirando aos chefes os actos decisivos e mantendo os subordinados constantemente em condição de pôr em prática as intenções do comando.
2. Todo aquele que comanda, seja qual for o grau hierárquico, tem o dever de reivindicar a responsabilidade para todos os seus actos e decisões, devendo dar as ordens por forma a que as responsabilidades fiquem claramente definidas, assumindo ele próprio a responsabilidade pelas ordens que der.

Artigo 5º

(Conceito de infracção disciplinar)

Considera-se infracção disciplinar toda a acção ou omissão contrária ao dever militar.

CAPITULO II
Deveres Militares
Artigo 6º
(Enunciado)

1. O militar deve, em todas as situações, pautar o seu procedimento pelos princípios éticos e pelos ditames da virtude e da honra, adequando os seus actos aos deveres decorrentes da sua condição de militar e à obrigação de assegurar a sua respeitabilidade e o prestígio das Forças Armadas.
2. O militar tem por deveres especiais:
 - 1º. Respeitar os órgãos de soberania e os respectivos titulares democraticamente legitimados;
 - 2º. Amar a Pátria e defendê-la com todas as suas forças, incluindo o sacrifício da própria vida;
 - 3º. Respeitar a Constituição. e demais leis em vigor, de que tomará compromisso solene;
 - 4º. Cumprir os regulamentos e as determinações a que devam respeito nos termos da lei,
 - 5º. Cumprir completa e prontamente as leis e regulamentos militares e as determinações que deles derivem, bem como as ordens dadas pelos seus superiores hierárquicos, sentinelas, guardas, rondas e outros postos de serviço, desde que legítimas;
 - 6º. Respeitar os militares de hierarquia superior, igual e inferior, agir para com eles lealmente e usar das deferências habituais entre militares, tanto em serviço, como fora dele;
 - 7º. Dar o exemplo aos seus inferiores;
 - 8º. Ser prudente e justo, mas firme, na exigência do cumprimento das ordens que der, ainda que para tanto haja que empregar meios extraordinários, desde que sejam indispensáveis para compelir os inferiores hierárquicos à obediência devida;
 - 9º. Assumir a responsabilidade dos actos que praticar por sua iniciativa e dos que forem praticados em execução das suas ordens e em conformidade com as mesmas;
 - 10º. Informar com verdade o superior sobre assuntos de serviço;
 - 11º. Dedicar ao serviço toda a sua inteligência, zelo e aptidão;
 - 12º. Conservar-se pronto para o serviço, evitando qualquer acto imprudente, susceptível de prejudicar a sua aptidão física e intelectual;
 - 13º. Cumprir rigorosamente as normas de segurança militar, não revelar a estranhos assuntos sob sigilo ou classificados, nem divulgar, sem autorização, qualquer facto relacionado com o serviço ou de que neste tomou conhecimento;
 - 14º. Não tomar parte, nem promover ou autorizar manifestações atentatórias da disciplina
 - 15º. Conservar em todas as circunstâncias um rigoroso apartidarismo político, designadamente não participando em comícios, reuniões públicas ou manifestações de carácter político, nem aos mesmos assistir, se uniformizado.
 - 16º. Não abusar da sua autoridade, função ou posto;
 - 17º. Recompensar ou punir os seus subordinados pelos actos meritórios ou infracções que praticarem;
 - 18º. Manter e desenvolver as relações de solidariedade e camaradagem entre os militares;
 - 19º. Conservar em perfeitas condições os artigos de fardamento, armamento e equipamento, bem como qualquer outro material que lhe seja distribuído não os desviando dos fins para que foram destinados;

- 20º. Usar de toda a correcção nas suas relações sociais;
- 21º. Não se ausentar, sem autorização, do lugar onde deva permanecer em razão do serviço ou de ordem superior;
- 22º. Apresentar-se com pontualidade no lugar a que for chamado ou onde deva comparecer em virtude das obrigações de serviço;
- 23º. Manter-se em todas as circunstâncias bem apresentado e correcto;
- 24º. Não, pedir, nem aceitar de inferior hierárquico quaisquer dádivas ou empréstimos;
- 25º. Não distrair valores ou artigos que lhe tenham sido confiados, nem apoderar-se daqueles que lhe não pertençam;
- 26º. Não participar em espectáculos públicos sem que para tal esteja autorizado;
- 27º. Não fazer uso de qualquer arma sem ordem ou sem a isso ser obrigado pela necessidade imperiosa de repelir uma agressão contra si, contra outros militares ou contra o seu posto de serviço;
- 28º. Entregar prontamente as armas quando o superior hierárquico lho intime ou lhe dê ordem de prisão;
- 29º. Respeitar as autoridades civis e não interferir no seu serviço.

Artigo 7º

(Ordem legítima)

- 1. A ordem é legítima quando:
 - a) Seja relativa ao serviço;
 - b) Não implique a prática de crime.
- 2. Se se demonstrar que a causa de ilegitimidade invocada para o não cumprimento da ordem recebida não tem fundamento, o subordinado que desobedeceu é sujeito a procedimento disciplinar ou criminal, conforme ao facto corresponder mera infracção ao dever de obediência ou crime de insubordinação.

CAPITULO III

Competência Disciplinar

Artigo 8º

(Princípio da supremacia hierárquica)

- 1. Os militares que exercem funções de comando, direcção ou chefia são os competentes para recompensar ou punir os seus subordinados.
- 2. Os militares que não dispõem de competência disciplinar devem participar o facto merecedor de recompensa ou punição ao chefe competente.
- 3. A competência fixa-se no momento em que é praticado o acto a recompensar ou punir e não se altera com a cessação da subordinação do seu autor.
- 4. A competência disciplinar não delegável.

Artigo 9º

(Dependência funcional)

No caso de o militar prestar serviço sob a dependência funcional de chefe diferente do comandante, director ou chefe da unidade ou serviço a que pertence, a competência disciplinar caberá ao primeiro daqueles apenas a respeito dos actos ou omissões praticados no desempenho da respectiva função, mantendo-se no segundo a plenitude da competência.

Artigo 10º

(Militares em trânsito)

Os militares em trânsito mantêm a dependência da sua unidade ou serviço até à apresentação na unidade ou serviço do destino.

Artigo 11º

(Competência insuficiente)

1. Os militares que, dispondo de competência disciplinar, julguem corresponder ao acto praticado recompensa ou pena superior a sua competência, deverão participá-lo ao seu chefe imediato.
2. Da mesma forma procederão os militares que, dispondo de competência para louvar, entendam que, pela importância dos factos praticados, o louvor deverá ser concedido por entidade superior.

Artigo 12º

(Meios enérgicos para assegurar a disciplina e a ordem)

1. Em caso de grave infracção à disciplina, todo o militar deve intimar ordem de prisão aos infractores, quando seus inferiores, mandá-los deter em local apropriado ou recorrer aos meios que sejam absolutamente necessários para assegurar a disciplina ou a ordem, participando imediatamente a ocorrência ao chefe de quem aqueles dependem.
2. Em caso de desordem provocada por militar em estado de embriaguez ou de inconsciência ou estando ele a praticar actos contrários à dignidade militar, todo o superior deve promover para que ele seja recolhido em local apropriado, recorrendo, sempre que possível, à acção de camaradas de igual graduação.

CAPITULO IV

Recompensas

Artigo 13º

(Conceito)

A recompensa traduz-se no reconhecimento expresso dos bons serviços evidenciados por militares no desempenho das suas funções, com destaque para os altos valores morais, cívicos, intelectuais, aptidão militar ou capacidades de mando ou chefia.

Artigo 14º

(Elenco)

Podem ser concedidas as seguintes recompensas:

- a) Dispensa de serviço;
- b) Louvor;
- c) Licença por mérito;
- d) Condecoração.

Artigo 15º

(Definição)

1. A dispensa de serviço, aplicável apenas a praças, consiste na dispensa de formaturas ou de qualquer serviço, interno ou externo, por tempo não superior a 48 horas.
2. O louvor consiste no enaltecimento público e por escrito das qualidades evidenciadas ou actos praticados durante a prestação de serviço, podendo ser individual ou colectivo.
3. A licença por mérito destina-se a recompensar militares de qualquer posto e terá duração não superior a 30 dias, podendo ser interrompida por imperiosa necessidade de serviço.
4. As condecorações são reguladas por lei especial.

Artigo 16º

(Competência específica)

1. O louvor e a dispensa de serviço são concedidos por qualquer chefe relativamente aos seus subordinados.
2. A licença por mérito é concedida por autoridade de hierarquia igual ou superior a Comandante de Companhia, dentro dos seguintes limites máximos:
 - a) Comandante de Região Militar ou equivalente: 30 dias
 - b) Director de Serviço ou equivalente: 15 dias;
 - c) Comandante de Companhia ou equivalente: 10 dias.
3. A competência para a atribuição de condecoração é a fixada na lei.
4. O louvor é tanto mais importante, quanto mais elevada for a entidade que o conceder.

CAPITULO V

Punições

Artigo 17º

(Dever de punição)

1. Toda a infracção ao dever militar, seja por omissão, seja por acção, deve ser punida.
2. A punição da infracção ao dever militar far-se-á nos termos do RDM, salvo tratando-se de crime militar, caso em que se aplicará o Código de Justiça Militar.
3. Quando se verificar que um facto qualificado como crime militar, punível como tal, foi objecto de punição disciplinar, esta circunstância não impede o exercício da acção penal, devendo, porém o tempo de cumprimento efectivo das penas de prisão disciplinar e de prisão disciplinar agravada ser levado em conta, por inteiro, na duração das penas que forem aplicadas pelo tribunal.

Artigo 18º

(Elenco)

As penas disciplinares aplicáveis a oficiais, sargentos e praças são as seguintes:

- a) Repreensão;
- b) Repreensão agravada;
- c) Proibição de saídas;
- d) Prisão disciplinar;
- e) Prisão disciplinar agravada.

Artigo 19º

(Definição)

1. A repreensão consiste na declaração feita em particular ao infractor de que é censurado pela prática de determinado acto ou de omissão que constitui violação do dever militar.
2. A repreensão agravada consiste em declaração idêntica à prevista no número anterior, mas feita, em relação a oficiais e sargentos, na presença de oficiais e sargentos de graduação ou antiguidade superior à do punido e, em relação a praças, em formatura da sub-unidade do punido.
3. A proibição de saídas consiste na permanência continuada do infractor no interior de um aquartelamento durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e faxinas, bem como do serviço interno que por escala lhe pertencer.
4. A prisão disciplinar consiste na detenção do punido, por tempo não superior a trinta dias em alojamento para esse fim destinado na unidade ou estabelecimento militar, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado.
5. A prisão disciplinar agravada consiste na reclusão do infractor por tempo não superior a sessenta dias em estabelecimento prisional adequado, para onde será transferido durante o

cumprimento da pena.

Artigo 20º

(Competências específicas)

1. A competência das autoridades militares para aplicar as penas previstas no artigo anterior tem os limites indicados nas respectivas colunas do quadro anexo a este diploma, em conformidade com o disposto nos números seguintes.
2. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas tem a competência disciplinar designada na coluna I
3. Os militares exercendo funções de comando, direcção ou chefia a que correspondam os postos abaixo indicados dispõem da competência disciplinar prevista nas seguintes colunas:
 - Coronel e Tenente-coronel: coluna II;
 - Major: coluna III;
 - Capitão: coluna IV;
 - Oficial subalterno: coluna V.
4. Os sargentos comandando destacamentos isolados dispõem da competência, disciplinar prevista na coluna V, a respeito das praças sob o seu comando.

Artigo 21º

(Momento da execução das penas)

1. Salvo motivo impeditivo relevante, as penas disciplinares serão cumpridas imediatamente a seguir à sua aplicação, competindo ao comandante, director ou chefe da unidade ou serviço a que pertence o punido, promover o cumprimento.
2. A execução da pena de proibição de saídas suspende-se encontrando-se o punido em marcha ou em navio navegando.
3. A reclamação e o recurso não têm efeito suspensivo.
4. Se a execução da pena não se tiver efectivado em tempo oportuno esta prescreverá decorridos 6 meses sobre a sua aplicação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
5. Quando não haja ocasião de fazer cumprir efectivamente as penas disciplinares, todos os seus efeitos se produzirão, como se tivessem sido executadas.

Artigo 22º

(Tempo de hospitalização)

O tempo de permanência do punido em hospital ou, enfermaria por motivo de doença ou acidente é contado como de efectivo cumprimento das penas de proibição de saídas, prisão disciplinar e prisão disciplinar agravada, salvo se tiver havido simulação.

Artigo 23º

(Apresentação)

Logo que terminar o cumprimento de pena privativa da liberdade, o militar deverá apresentar-se ao seu chefe imediato.

Artigo 24º

(Publicação)

As punições impostas bem como a anulação das mesmas serão publicadas em "ordem de serviço" da unidade ou serviço a que o punido pertence, com excepção das de repreensão e repreensão agravada.

Artigo 25º

(Registo)

As punições serão transcritas nos competentes registos nos precisos termos em que foram

redigidas, devendo sempre mencionar-se a autoridade que puniu.

Artigo 26º

(Anulação)

1. As punições disciplinares serão anuladas nos seguintes casos:
 - a. Prática de acto de excepcional valor cívico ou militar, como tal reconhecido através de louvor ou de condecoração, posteriormente à imposição da pena;
 - b. Provimento de reclamação, recurso hierárquico ou recurso contencioso.
 - c. Amnistia;
 - d. Bom comportamento.
2. A anulação por bom comportamento processa-se automaticamente quando, sobre a data da punição, tiverem decorrido 1 ano, tratando-se das penas de repreensão e repreensão agravada, 2 anos, tratando-se da de proibição de saídas, 3 anos, tratando-se da de prisão disciplinar, e 5 anos, tratando-se da de prisão disciplinar agravada, não tendo o militar sido objecto, entretanto, de qualquer outra punição disciplinar ou condenação criminal.
3. No caso previsto na parte final do número anterior, a anulação da anterior ou anteriores punições só se verificará quando ocorrer a anulação da última.
4. Nos casos de anulação averbar-se-á no registo correspondente uma contra-nota anulando o castigo e indicando a respectiva causa.
5. Nas certidões extraídas dos registos, quando destinadas a fins não militares, não se fará menção dos castigos anulados, nem da respectiva contra-nota.
6. Os prazos mencionados no n.º 2 ficam suspensos durante as situações de ausência ilegítima e deserção.

Artigo 27º

(Efeitos)

1. A pena de proibição de saídas poderá ter como efeito a transferência do punido, se oficial ou sargento, após o cumprimento da pena, a seu pedido ou mediante proposta do comandante, director ou chefe.
2. A pena de prisão disciplinar terá como efeito; em relação a oficiais e sargentos, a sua transferência obrigatória após o cumprimento da pena, com inibição de regressar a anterior colocação antes de decorrido 1 ano.
3. A pena de prisão disciplinar agravada terá como efeitos, em relação a oficiais e sargentos, a sua transferência obrigatória após o cumprimento da pena, inibição de regressar à anterior colocação antes de decorridos 2 anos e, em relação às praças, a transferência obrigatória após o cumprimento da pena, não podendo regressar à anterior colocação antes de decorrido 1 ano.
4. A anulação das punições disciplinares nos termos das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 26º produz a conversão automática das transferências operadas ao abrigo do disposto dos números anteriores em transferências por conveniência do serviço, podendo o militar optar entre o regresso à sua anterior colocação, a continuação na actual e a colocação numa terceira.
5. As punições disciplinares anuladas nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 26º não produzem qualquer efeito, não podendo, designadamente, ser tidas em consideração na verificação da 1ª condição geral de promoção, bem como na apreciação da conduta do militar ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 67º.
1. As punições disciplinares anuladas nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 26º não produzem igualmente qualquer efeito, mas podem ser tidas em consideração na verificação da 1ª condição geral de promoção, bem como na apreciação da conduta do militar ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 67º.

CAPÍTULO VI

Conhecimento da Infracção Disciplinar

Artigo 28º

(Participação)

2. Todo o militar que, tomando conhecimento da prática de uma infracção ao dever militar por inferior hierárquico, não tenha competência disciplinar para a punir, deverá participá-la ao chefe competente.
3. Sendo vários os militares que tomaram conhecimento da infracção cometida por inferior hierárquico, o dever mencionado no número anterior compete ao mais graduado ou mais antigo.
4. Antes de fazer a participação e não havendo motivo impeditivo, o superior deverá esclarecer-se acerca da natureza da infracção e das circunstâncias que a rodearam, ouvindo o presumido infractor.

Artigo 29º

(Queixa)

1. A todo o militar assiste o direito de queixa contra superior hierárquico, quando por este for praticado qualquer acto ou omissão que o prejudique ou o possa prejudicar.
2. A queixa não depende da autorização do superior.
3. O queixoso deverá, contudo, antes de apresentar a queixa, informar, por escrito, o superior hierárquico de que irá usar desse direito.
4. Estando o superior ausente ou pertencendo a unidade ou serviço diferente, o queixoso deverá prestar a referida informação por escrito, na secretaria da sua unidade, que a remeterá imediatamente àquela de que depende o superior.
5. A queixa é sempre dirigida ao chefe imediato do militar objecto da mesma e deverá ser apresentada, na secretaria da unidade do queixoso, no prazo de 5 dias a contar da data do conhecimento do acto lesivo.

Artigo 30º

(Participação ou queixa sem fundamento)

Quando se venha a reconhecer ter havido propósito malicioso ou negligência grave da parte do participante ou queixoso, ele será objecto de procedimento disciplinar.

CAPÍTULO VII

Processo Disciplinar

Artigo 31º

(Princípios gerais)

1. O processo disciplinar é obrigatória e imediatamente instaurado quando o chefe tenha conhecimento de facto que possa implicar a responsabilidade disciplinar dos seus subordinados.
2. O exercício da acção disciplinar não depende da forma como o facto chegou ao conhecimento do chefe.
3. O processo disciplinar, dominado pelos princípios da celeridade e simplicidade, é sumário, dispensando as formalidades que não forem expressamente impostas no presente RDM, bem como tudo o que for inútil, impertinente e dilatatório.
4. O processo disciplinar é confidencial em relação a terceiros, não sendo permitida, a passagem de certidões de quaisquer das suas peças, salvo quando destinadas à defesa de interesses legítimos e em face de requerimento onde seja especificado o fim a que se

destinam.

5. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o processo disciplinar é pessoal, não admitindo qualquer forma de representação do arguido, salvo nos casos de incapacidade ou de doença que o impossibilite de organizar a defesa.
6. O arguido em processo disciplinar escrito poderá ser assistido por um oficial por ele escolhido ou advogado constituído.

Artigo 32º **(Competência)**

1. A competência para instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar coincide com a competência disciplinar.
2. Depois de instaurado e até ser proferida decisão, o processo disciplinar pode ser avocado por qualquer superior hierárquico do chefe até então competente.

Artigo 33º **(Formas)**

1. O processo disciplinar pode ser verbal ou escrito.
2. O processo pode ser verbal em qualquer dos seguintes casos:
 - a) Estar o arguido integrado em forças em campanha, em situação extraordinária ou fora dos quartéis, bem como a bordo de navio fora do porto ou navegando;
 - b) Ter a falta sido directamente presenciada pelo chefe com competência disciplinar sobre o arguido;
 - c) Ser a falta de pouca gravidade, não lhe correspondendo pena superior à de proibição de saídas.
3. Nos restantes casos o processo é sempre escrito.
4. Se, no decurso do processo verbal, se constatar revestir-se ele de maior complexidade que a inicialmente prevista ou corresponder à falta pena superior à indicada na alínea c) do número anterior, será instaurado processo escrito, renovando-se as diligências porventura já feitas verbalmente.

Artigo 34º **(Instrução)**

1. No processo verbal, todas as diligências instrutórias são feitas directa e verbalmente, incluindo a audiência do arguido.
2. No processo escrito, todas as diligências instrutórias são escrituradas em auto, segundo normas internas a aprovar superiormente, devendo todas as peças do processo ser assinadas ou rubricadas pelo instrutor, pelo escrivão, havendo-o, e pelos intervenientes na diligência ou acto.
3. O instrutor é, em regra, o chefe que determinou a instauração do processo, podendo, porém, nos casos previstos nas alíneas a) e c) do número 2 do artigo 33º, bem como no do processo escrito, nomear para o efeito um oficial seu subordinado.
4. Se o arguido for oficial, a nomeação do instrutor recairá num seu superior, de preferência em posto.
5. Para a nomeação de instrutor, o chefe recorrerá a uma escala de serviço, excepto quando o posto do arguido ou do participante, as particularidades do caso ou os conhecimentos que requer a instrução exijam a escolha de um instrutor especial.
6. O instrutor, depois de nomeado, só pode ser substituído quando motivo ponderoso o justifique.
7. No processo escrito, o instrutor poderá nomear ou propor um seu inferior como escrivão
8. Havendo no processo testemunhas ou declarantes que exerçam cargos políticos ou

equiparados, bem como de direcção, ou sejam oficiais superiores, gozam os mesmos da prerrogativa de depor primeiro por escrito, pelo que o instrutor deverá informá-los da matéria sobre que recairá o seu depoimento, marcando-lhes um prazo para o efeito.

Artigo 35º

(Posição do instrutor)

No exercício das suas funções, o instrutor reporta-se directamente ao chefe que o nomeou, devendo propor-lhe a adopção de todas as medidas processuais que não caibam dentro da sua competência.

Artigo 36º

(Investigação dos factos)

1. O instrutor deverá realizar todas as diligências que julgue necessárias para o esclarecimento da verdade dos factos e a definição da exacta responsabilidade do arguido.
2. No exercício das suas funções, o instrutor poderá deslocar-se aos locais com interesse para o processo ou requisitar a realização de qualquer diligência à autoridade militar mais próxima do local onde essa diligência se deverá executar.
3. Havendo processo escrito, o instrutor poderá corresponder-se com quaisquer autoridades e requisitar a nomeação de peritos para procederem aos exames julgados necessários.
4. No caso de processo escrito, as testemunhas serão ajuramentadas e assinarão os depoimentos prestados; os declarantes não são ajuramentados, mas assinarão os seus depoimentos.

Artigo 37º

(Audiência do arguido)

1. O arguido é sempre ouvido sobre os factos que constituem a sua arguição, qualquer que seja a forma do processo.
2. Na audiência, o arguido deverá ser devida e claramente informado de todos os factos de que é acusado e da sua qualificação como infracção à disciplina, devendo ser-lhe facultada a apresentação da sua defesa.
3. No processo verbal a apresentação da defesa deverá ser também verbal e imediata.
4. No processo escrito, será entregue ao arguido, uma nota da culpa, nela se especificando os factos imputados e a sua qualificação como infracção à disciplina e deverá fixar-se-lhe um prazo razoável, não inferior a três dias, para a apresentação, por escrito, da sua defesa e a indicação de quaisquer meios de prova.
5. O instrutor deverá indeferir os pedidos formulados pela defesa que sejam manifestamente inúteis ou meramente dilatatórios.

Artigo 38º

(Prazo)

1. A instrução do processo disciplinar escrito deverá ser concluída no prazo de 15 dias, contados da data em que foi instaurado.
2. Em circunstâncias excepcionais, este prazo poderá ser prorrogado por despacho do chefe competente que fixará um novo prazo conforme julgar razoável, não excedente a trinta dias.

Artigo 39

(Conclusão da instrução)

1. Concluída a instrução do processo, sendo este verbal, o instrutor redigirá um relatório para o chefe que o nomeou, expondo os factos que investigou e as conclusões a que chegou, bem como o seu parecer sobre a ilicitude dos mesmos e o grau de responsabilidade do arguido.
2. No caso de processo escrito, o instrutor lavrará nos autos termo de encerramento e encaminhá-los-á para o chefe que o nomeou, acompanhados de um relatório nos termos do número anterior.

3. Tendo o instrutor sido o próprio chefe, é dispensável a apresentação do relatório previsto nos números anteriores.
4. O relatório é assinado pelo instrutor, mas não pelo escrivão, tendo-o havido.

Artigo 40º

(Decisão)

1. Concluída a instrução do processo, seja ele verbal ou escrito, e apresentado o relatório do instrutor, quando exigido, o chefe proferirá a sua decisão no prazo máximo de 15 dias, mediante despacho, sempre escrito e fundamentado.
2. Se o processo tiver seguido a forma escrita, o despacho será lavrado nos próprios autos ou junto a eles, imediatamente a seguir ao relatório do instrutor, tendo-o havido.

Artigo 41º

(Conteúdo da decisão)

1. A decisão deverá mencionar expressamente:
 - a) Se o processo é arquivado por falta de prova da culpabilidade do arguido, pela inocência deste, por causa extintiva do procedimento disciplinar ou por circunstância dirimente da responsabilidade disciplinar;
 - b) Se se prova a responsabilidade do arguido e, neste caso, a sua punição;
 - c) Se a infracção cometida tem a natureza de crime militar, ordenando-se, então, a remessa dos autos à autoridade militar competente, nos termos da legislação penal militar.
2. A punição deverá descrever de forma sumária, mas compreensível, os factos praticados, os deveres infringidos, a ocorrência de circunstâncias atenuantes ou agravantes da responsabilidade disciplinar e a pena aplicada.
3. Na aplicação das penas atender-se-á à natureza do serviço, ao posto do arguido, aos resultados perturbadores da disciplina e, em geral, a todas as circunstâncias em que a infracção tiver sido cometida, designadamente atenuantes ou agravantes.

Artigo 42º

(Circunstâncias atenuantes, agravantes e dirimentes)

1. Devem, designadamente, ser considerados como circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar:
 - a) A prática de actos distintos ou serviços relevantes, como tal expressamente reconhecidos pelos superiores hierárquicos do infractor antes ou depois da infracção, se, neste último caso, não constituírem dirimente da responsabilidade disciplinar;
 - b) A provocação, quando consista em agressão física ou ofensa grave à honra do infractor ou de seus familiares próximos e tenha sido praticada a infracção em acto seguido à provocação;
 - c) A confissão espontânea, quando contribua para a descoberta da verdade;
 - d) O exemplar comportamento militar;
 - e) A apresentação voluntária, no caso de ausência ilegítima.
2. Devem ser consideradas como agravantes as seguintes circunstâncias:
 - a) A prática da infracção em tempo de guerra, estado de sítio ou de emergência; durante desordem pública; em país estrangeiro; em acto de serviço; em razão de serviço; ou na presença de outros militares;
 - b) O facto de a infracção ter sido colectiva;
 - c) O facto de ter sido afectado o prestígio da instituição militar, a honra, o brio ou o decore militar;
 - d) O facto de a infracção ter causado prejuízo à ordem ou ao serviço;

- e) O facto de a infracção ser reiterada;
 - f) O mau comportamento militar.
3. A infracção será considerada tanto mais grave, quanto mais elevado for o posto do arguido.
 4. Devem ser considerados dirimentes da responsabilidade disciplinar os feitos em campanha ou situação similar, bem como os serviços relevantes e os actos de assinalado valor em todo o tempo, praticados pelo arguido depois da infracção e como tal reconhecidos expressamente em louvor ou através de condecoração.

Artigo 43º

(Notificação)

1. O despacho a que se refere o artigo 40º, seja qual for à decisão, é integralmente notificado ao arguido, bem como ao participante ou queixoso, tendo-o havido.
2. A publicação em "ordem de serviço" vale como notificação ao arguido, participante ou queixoso que estiver apresentado na Unidade a que respeita a "ordem de serviço".

CAPITULO VIII

Medidas Preventivas

Artigo 44º

(Enumeração)

1. Durante a instrução do processo disciplinar, o arguido poderá ser objecto das seguintes medidas preventivas:
 - a) Transferência de unidade ou serviço;
 - b) Suspensão do exercício das suas funções, sem prejuízo do vencimento.
2. É proibida a detenção ou prisão preventiva do arguido em processo disciplinar.

Artigo 45º

(Fundamentos e limites)

1. A transferência preventiva só se justifica nos casos em que a presença do arguido na área onde os factos estão a ser investigados seja prejudicial às diligências instrutórias ou incompatível com a disciplina ou a boa ordem de serviço.
2. No caso de o arguido ser um oficial exercendo funções de comando, a transferência preventiva consiste na sua apresentação no comando ou órgão de escalão imediatamente superior.
3. A suspensão do exercício de funções só se justifica quando, não convindo transferir o arguido, ele não deva continuar a exercer as funções durante as quais praticou os factos objecto do processo, por poder prejudicar as diligências instrutórias ou ser incompatível com a disciplina ou a boa ordem do serviço.

Artigo 46º

(Natureza precária)

As medidas preventivas têm natureza precária, pelo que deverão cessar logo que cesse o fundamento que as justificou.

Artigo 47º

(Competência)

1. A determinação das medidas preventivas é da competência do chefe que ordenou a instauração do processo, por sua iniciativa ou por proposta fundamentada do instrutor.
2. A cessação das medidas preventivas compete ao chefe que as decidiu.

Artigo 48º

(Relevância na decisão)

1. As medidas preventivas serão tomadas em consideração na decisão final, nos termos seguintes:
 - a) Se a decisão for de arquivamento, o militar será reintegrado em todos os direitos e funções que anteriormente usufruía e indemnizado dos abonos que, porventura, deixou de perceber e, se a medida tiver sido a de transferência, a mesma será convertida em transferência por conveniência do serviço, podendo o interessado optar entre o regresso à sua anterior colocação, a continuação na actual e a colocação numa terceira;
 - b) Se a decisão for punitiva, manter-se-ão os efeitos das medidas adoptadas, se corresponderem à pena imposta e sem prejuízo dos que resultarem da própria punição; caso contrário, proceder-se-á nos termos da alínea anterior.

CAPITULO IX

Reclamação

Artigo 49º

(Fundamentos)

O militar punido poderá reclamar quando entenda:

- a) Não ter cometido a falta;
- b) Não corresponder a redacção do castigo aos factos que realmente praticou;
- c) Não serem os mesmos factos puníveis disciplinarmente;
- d) Não dispor o chefe que o puniu de competência para o punir ou para impor a pena aplicada;
- e) Beneficiar de atenuantes ou dirimentes não consideradas no despacho punitivo;
- f) Beneficiar de amnistia ou outra causa extintiva do procedimento disciplinar;
- g) Não ter sido realizada diligência por ele requerida em sua defesa, tendo ou não sido indeferida nos termos do artigo 37º n.º 5.

Artigo 50º

(Termos e prazo)

1. A reclamação é sempre feita por escrito, mesmo que o despacho de que é objecto tivesse recaído sobre processo verbal.
2. A reclamação deve ser singular e dirigida pelas vias hierárquicas competentes ao chefe que puniu, no prazo de 5 dias contados da notificação.
3. Na reclamação é admitida a representação do punido por oficial por ele escolhido ou por advogado constituído.

Artigo 51º

(procedimento)

1. O chefe conhecerá da reclamação procedendo ou mandando proceder a averiguações sobre os seus fundamentos.
2. Nos casos previstos no artigo 49º alíneas c), d) e f), o chefe poderá dispensar aquelas averiguações e decidir desde logo a reclamação através de despacho fundamentado.
3. As averiguações seguirão a forma escrita.
4. A reclamação, as averiguações e o despacho sobre ela proferido, seja dando-lhe provimento ou negando-o, serão apensos ao processo disciplinar.

CAPITULO X

Recurso Hierárquico

Artigo 52º

(Conceito)

1. Quando a reclamação não tiver sido, no todo ou em parte, atendida, assiste ao militar punido o direito de recorrer para o chefe imediato da autoridade que o puniu e decidiu a reclamação.
2. O recurso deverá ser interposto, por escrito, no prazo de 5 dias contados da notificação do despacho que recaiu sobre a reclamação
3. É aplicável ao recurso o disposto no n.º 3 do artigo 50º.
4. A petição de recurso deve ser entregue na secretaria da unidade a que o militar pertence, a qual promoverá a sua remessa imediata à autoridade recorrida.
5. A autoridade recorrida, após receber o recurso, enviá-lo-á ao seu chefe imediato no prazo de 5 dias, acompanhado de todo o processo e apensos, informando-o de quaisquer elementos adicionais.
6. Cabe recurso hierárquico para o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas das decisões disciplinares proferidas pelos militares em comissão normal que exercem funções de comando, direcção ou chefia de órgãos ou serviços não inseridos na estrutura das Forças Armadas, depois de esgotada a respectiva cadeia hierárquica militar.
7. Das decisões do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas não cabe recurso hierárquico.

Artigo 53º

(Apreciação)

1. Se o chefe a quem foi dirigido o recurso não se reconhecer competente para o apreciar, promoverá a sua remessa à autoridade que julgar competente, fundamentando a sua decisão.
2. Se se reconhecer competente, nomeará um oficial de posto ou antiguidade superior ao do recorrido, para proceder a averiguações sobre os fundamentos do recurso ou despachará desde logo o recurso, conforme a natureza de cada caso, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 51º.
3. As averiguações seguem a forma escrita.
4. O recurso, as averiguações e o despacho que decidir o recurso serão apensos ao processo disciplinar.

Artigo 54º

(Sucessão de recursos)

1. Quando o recurso não tiver sido atendido, no todo ou em parte, assiste ao militar punido o direito de recorrer para o chefe imediato do que decidiu o primeiro recurso e assim sucessivamente até ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
2. Aos novos recursos são aplicáveis as normas constantes dos artigos 52º e 53º.

CAPITULO XI

Recurso Contencioso

Artigo 55º

(Princípio)

1. Das decisões do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas proferidas em matéria disciplinar cabe recurso contencioso para o Supremo Tribunal de Justiça.
2. O recurso a que se refere o número anterior é de anulação e rege-se pelas normas do contencioso administrativo geral.

CAPITULO XII

Recurso Extraordinário de Revisão

Artigo 56º

(Fundamentos)

1. A revisão extraordinária dos processos disciplinares, tendo havido punição poderá ser requerida quando se verificarem circunstâncias ou meios de prova susceptíveis de demonstrar a inexistência dos factos que influíram decisivamente na condenação e que não pudessem ter sido utilizados pelo arguido no processo.
2. A simples alegação de ilegalidade de forma ou de fundo de qualquer parte do processo ou da decisão não constitui fundamento de revisão.
3. A revisão não pode ser pedida mais de uma vez pelos mesmos fundamentos de facto.

Artigo 57º

(prazo)

O prazo de interposição do recurso de revisão é de 1 ano a contar da data em que o interessado tomou conhecimento ou obteve a possibilidade de invocar aquelas circunstâncias ou meios de prova.

Artigo 58º

(Legitimidade)

1. A revisão poderá ser requerida pelo punido ou, caso tenha falecido, por qualquer dos seus herdeiros legais.
2. Se o requerente falecer ou se incapacitar depois de interposto o recurso deverá este prosseguir oficiosamente.
3. É aplicável ao recurso de revisão o disposto no n.º 3 do artigo 50º.

Artigo 59º

(Requisitos formais)

O requerimento é dirigido ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e deverá conter:

- a) Identificação completa do requerente;
- b) Indicação do processo a rever;
- c) Menção expressa das circunstâncias ou meios de prova em que se fundamenta e das datas em que deles houve conhecimento ou obteve a possibilidade de os invocar;
- d) Indicação dos meios de prova a produzir, juntando-se desde logo os documentos ou outros meios materiais em poder do requerente.

Artigo 60º

(Processo)

1. Recebido o requerimento, o Chefe do Estado-Maior mandará proceder às diligências que considere necessárias para a resolução do caso.
2. As diligências serão efectuadas por um oficial de posto superior ao do punido.
3. Findas as diligências instrutórias, que serão autuadas em processo, o oficial instrutor apresentará ao Chefe do Estado-Maior um relatório elucidativo, concluindo pela procedência ou improcedência do pedido.
4. O prazo para a apresentação deste relatório é de 30 dias, prorrogável, uma só vez, pelo tempo que for julgado razoável.
5. Se entender que não há mais diligências a fazer, o Chefe do Estado-Maior proferirá sobre os autos, no prazo de 15 dias a contar da data da recepção do relatório, despacho fundamentado concedendo ou negando provimento ao pedido.
6. O despacho do Chefe do Estado-Maior será integralmente notificado ao requerente, que poderá consultar livremente o processo.

7. Do mesmo despacho cabe recurso contencioso, nos termos da lei geral.

Artigo 61º

(Efeitos)

1. A procedência da revisão produzirá os seguintes efeitos:
 - a) Cancelamento dos registos da punição anterior ou averbamento de nova punição menos grave;
 - b) Reintegração do reabilitado no posto ou situação em que se acharia se não tivesse sido punido;
 - c) Contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o reabilitado permaneceu afastado do serviço por motivo da punição, se não lhe couber nova punição ou a esta não corresponder idêntico afastamento.
2. Na reintegração do reabilitado, serão respeitadas as situações criadas a terceiros pelo provimento nas vagas abertas em consequência da punição, mas sem prejuízo da antiguidade do reabilitado.
3. A eventual indemnização pelos prejuízos morais e materiais sofridos, tendo em conta os efeitos da punição na vida pessoal ou na carreira do reabilitado deverá ser pedida ao tribunal competente, nos termos da lei geral.

CAPITULO XIII

Processo de Averiguações

Artigo 62º

(Conceito)

Quando haja vago rumor ou indícios insuficientes de infracção disciplinar ou quando sejam desconhecidos os seus autores poderão os chefes proceder ou mandar proceder às averiguações que julguem necessárias.

Artigo 63º

(Processo)

1. As diligências a fazer pelo instrutor poderão seguir a forma verbal ou escrita, serão sumárias e deverão concluir com a apresentação de um relatório ao chefe que determinou a sua instauração.
2. Se se confirmarem os indícios de infracção disciplinar ou for identificado o seu autor o chefe determinará a imediata instauração de processo disciplinar.
3. Em caso contrário e não havendo motivo para continuar as averiguações, o processo será arquivado.
4. Das decisões sobre os processos de averiguações não cabe reclamação ou recurso.

CAPITULO XIV

Conselho Superior de Disciplina

Artigo 64º

(Constituição)

1. Junto do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas funcionará um Conselho Superior de Disciplina, constituído pelo Vice-Chefe do Estado-Maior, que preside e dispõe de voto de qualidade, pelo Inspector-Geral das Forças Armadas, pelos Directores dos Departamentos do Estado-Maior e por dois oficiais superiores a designar anualmente pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
2. Na falta, ausência ou impedimento do Vice-Chefe do Estado-Maior presidirá o Inspector-

Geral.

3. A composição do conselho deverá ser alterado nos casos em que o posto ou antiguidade do militar sujeito à sua apreciação for superior à de qualquer dos seus membros.
4. O Gabinete do Chefe do Estado-Maior prestará ao Conselho apoio técnico, jurídico e administrativo, desempenhando o director do Gabinete as funções de Secretário do Conselho.

Artigo 65º

(Funcionamento)

O Conselho reúne mediante convocação do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no caso previsto na alínea a) do artigo seguinte, ou do seu Presidente nos demais casos.

Artigo 66º

(Atribuições)

O Conselho tem por atribuições:

- a) Assistir o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas em todas as matérias de natureza disciplinar que por este forem submetidas à sua consideração;
- b) Apreciar a conduta dos militares dos quadros permanentes das Forças Armadas, quando revelem um comportamento gravemente lesivo do prestígio das Forças Armadas, da dignidade, brio ou decoro militar ou altamente prejudicial à disciplina independentemente de terem sido punidos por qualquer dos factos integradores desse comportamento;
- c) Apreciar a conduta profissional ou moral dos oficiais e sargentos, quando estes o requeiram, no intuito de ilibarem a sua honra posta em dúvida por factos relativos à sua função, sobre os quais não tenha recaído decisão disciplinar ou judicial, nem exista processo pendente;
- d) Apreciar a não satisfação da 1ª, 2ª e 3ª condições gerais de promoção, nos termos das normas estatutárias;
- e) Apreciar o comportamento dos prisioneiros de guerra para efeitos de promoção.

Artigo 67º

(Processo)

1. Mandado convocar o Conselho para os efeitos da alínea b) do artigo 66º, o seu Secretário autuará a seguinte documentação, que fará presente ao Presidente:
 - a) Relatório elaborado na Divisão de Justiça e Disciplina, discriminando os factos indiciadores do comportamento em causa;
 - b) Processo individual do militar cuja conduta se aprecia;
 - c) Processos disciplinares contra ele instaurados;
 - d) Informações dos seus chefes, actual e anteriores;
 - e) Todos os documentos susceptíveis de esclarecer o Conselho acerca dos mesmos factos, bem como da personalidade e da carreira do militar.
2. Na sua primeira sessão, o Conselho designará, de entre os vogais, o relator e determinará que, através deste, seja o militar cuja conduta se aprecia notificado do relatório mencionado na alínea a) do número 1, marcando-lhe um prazo não superior a 30 dias, para que apresente a sua resposta, por escrito.
3. Durante esse tempo, o militar poderá consultar o processo, pessoalmente ou através de oficial por ele escolhido para o assistir na resposta ou de advogado por ele mandatado para o mesmo efeito.
4. Na resposta, o militar cuja conduta se analisa poderá juntar os documentos e indicar as testemunhas que entender, desde que estas não excedam 5 para cada facto.
5. Recebida a resposta ou decorrido o prazo fixado sem que esta tenha sido recebida, o relator realizará as diligencias que, em seu prudente arbítrio, julgue necessárias para se formar um

juízo consciencioso sobre a matéria, devendo sempre ouvir as testemunhas indicadas pelo militar em causa.

6. Seguidamente, o relator facultará vista de todo o processo ao militar, ao seu assistente ou advogado, durante 10 dias, a fim de que possa dizer tudo o que julgue necessário à defesa dos seus interesses, indicar novas testemunhas ou substituir as que indicara, desde que em número não superior ao prescrito em 4, e juntar os documentos que entender.
7. Findas as novas diligências requeridas ou as que o relator tivesse entendido realizar, o processo será concluso a cada um dos membros do Conselho, pelo prazo de 5 dias a cada um, após o que o Presidente marcará a data da nova sessão do Conselho, da qual o militar em causa será notificado, para que, querendo, possa à mesma comparecer.
8. Reunido o Conselho em sessão, o Presidente mandará entrar o militar, o seu assistente e advogado, caso estejam presentes, e dará a palavra ao relator, que fará uma exposição sobre os factos constantes do processo.
9. Seguidamente, o Conselho, através do Presidente ou de qualquer dos vogais, interrogará o militar e ouvi-lo-á sobre tudo o que entenda alegar, bem como às testemunhas presentes, após o que recolherá, para deliberação.
10. Na deliberação que proferir, o Conselho discriminará os factos constantes do relatório que julgou improcedentes ou procedentes e, neste último caso, a sua qualificação como reveladores de falta de qualidades militares, concluindo, em tal caso, pela passagem compulsiva do militar à situação de reforma.
11. Tudo o que se passar na sessão do Conselho não será reduzido a auto, mas anotado pelo Secretário em acta, que, no final, será assinada por todos os seus membros e pelo Secretário.

Artigo 68º

(Forma dos actos)

1. No caso da alínea a) do artigo 66º, o Conselho pronunciar-se-á através de parecer.
2. No caso das alíneas b), d) e e) do mesmo artigo, o Conselho pronunciar-se-á por deliberação que, para se tomar executória, carece da homologação do Chefe do Estado-Maior.
3. No caso da alínea c) do artigo 66º, o Conselho pronunciar-se-á por deliberação da qual será dado conhecimento ao Chefe do Estado-Maior e notificado o requerente, para os efeitos que tiver por convenientes.

Artigo 69º

(Recurso)

Cabe recurso contencioso, nos termos da lei geral, do despacho homologatório do Chefe do Estado-Maior previsto no número 2 do artigo 68º

CAPÍTULO XV

Disposições finais

Artigo 70º

(Conflitos de competência)

1. Os conflitos de competência, positivos ou negativos, que se suscitarem entre as autoridades militares em matéria disciplinar serão resolvidos por despacho do chefe imediato de ambas, ao qual deverão ser presentes por qualquer das autoridades em conflito, usando as vias hierárquicas competentes.
2. Durante a pendência desta questão, os prazos processuais previstos nas presentes normas ficarão suspensos.

Artigo 71º

(Prescrição)

1. O procedimento disciplinar prescreve passado 1 ano a contar da data do cometimento da falta.
2. As infracções disciplinares que resultem de contravenções prescrevem nos termos da lei geral
3. A prescrição do procedimento disciplinar interrompe-se com a prática de qualquer acto de instrução.

ANEXO

(Quadro a que refere o Artigo 20º)

Pena	I	II	III	IV	V
Para Oficiais					
Repreensão	(a)	(a)	(a)	(a)	(b)
Repreensão Agravada	(a)	(a)	(a)	(a)	(b)
Proibição de Saída	Até 15 Dias	Até 10 Dias	Até 8 Dias	Até 5 Dias	(b)
Prisão Disciplinar	Até 15 Dias	Até 10 Dias	Até 5 Dias	(b)	(b)
Prisão Disciplinar Agravada	Até 20Dias	Até 10 Dias	(b)	(b)	(b)
Para Sargentos					
Repreensão	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
Repreensão Agravada	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
Proibição de Saída	Até 20 Dias	Até 15 Dias	Até 10 Dias	Até 7 Dias	(b)
Prisão Disciplinar	Até 20 Dias	Até 15 Dias	Até 10 Dias	Até 5 Dias	(b)
Prisão Disciplinar Agravada	Até 30 Dias	Até 20 Dias	(b)	(b)	(b)
Para Praças					
Repreensão	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
Repreensão Agravada	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
Proibição de Saída	Até 40Dias	Até 35 Dias	Até 30 Dias	Até 20 Dias	Até 10 Dias
Prisão Disciplinar	Até 30 Dias	Até 25 Dias	Até 20 Dias	Até 10 Dias	Até 5 Dias
Prisão Disciplinar Agravada	Até 60 Dias	Até 40 Dias	(b)	(b)	(b)

(a) Dispõe de competência disciplinar para aplicar esta pena

(b) Não dispõe de competência disciplinar para aplicar esta pena

* *Aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 9/93 de 29 de Junho e publicado no Boletim Oficial I Série Número 23 de 29 de Junho de 1993*